

# **COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO - CONCLA**

**Memória da Reunião realizada em 06/07/1999 na Secretaria de Planejamento e Avaliação**

## **LISTA DE PARTICIPANTES:**

### **Pelo IBGE**

*Sérgio Besserman Viana*

*Lidia Vales de Souza*

*Magdalena Cronemberger Góes*

*Maria Luiza Barcellos Zacharias*

### **Pelo Secretaria de Planejamento e Avaliação**

*Miguel Nathan Foguel*

### **Pelo Ministério do Trabalho**

*Mario Rosa Cardos*

*Vera Marina Martins Alves*

*Regina Haddad*

### **Pelo Ministério das Relações Exteriores**

*Diógenes Walter Oliveira*

### **Pelo Ministério da Fazenda**

*Helder Luis Gondim Rocha*

*Regina Maria Henriques*

### **Pelo Ministério do Meio Ambiente**

*Atila Augusto Souto*

### **Pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio**

*Romulo Guimarães Rocha*

## **PAUTA:**

⇒ Apresentação do Presidente do IBGE;

⇒ Vinculação da CONCLA na nova estrutura do Governo;

⇒ Acompanhamento dos trabalhos das Subcomissões:

- de ocupações;
- da CNAE-Fiscal

⇒ Informe sobre a *homepage* da CONCLA.

## **INTRODUÇÃO**

O novo presidente do IBGE se apresentou aos participantes e destacou a importância dos trabalhos da Comissão, ressaltando que, no quadro atual de escassez de recursos e ajuste fiscal, podem representar economia significativa de custos.

## **VINCULAÇÃO DA CONCLA NA ESTRUTURA DO GOVERNO**

Foi informado que com a nova estrutura do Governo, implantada em janeiro/99, a CONCLA deixou de ser subordinada ao MPO, tendo em vista que este deixou de existir. Com vistas a solucionar esta questão, o Presidente do IBGE se articulou junto à Secretaria de Planejamento e Avaliação, ocupada pelo Dr. Edward Amadeo, com vistas a vincular a CONCLA àquele órgão. No entanto, em virtude da nova reorganização dos ministérios, prevista para julho/99, decidiu-se aguardar sua conclusão, para então propor a vinculação da CONCLA a um órgão da nova estrutura.

Esta reunião, portanto, não teve o caráter de reunião ordinária da CONCLA.

Em agosto, espera-se que haja uma nova reunião formal da CONCLA. Até lá, o Presidente do IBGE recomendou a todos que refletissem e encaminhassem sugestões sobre a posição da CONCLA na nova estrutura organizacional dos Ministérios.

Convencido da importância dos trabalhos da Comissão e da capacidade de articulação dos sistemas de informação através do uso de tabelas compatibilizadas, o Presidente do IBGE afirmou que irá conversar pessoalmente com cada Ministro ou Secretário Executivo de ministérios sobre o tema.

O Ministério do Meio Ambiente solicitou à Secretaria Executiva a inclusão daquele órgão na CONCLA, o que foi considerado pelo Presidente do IBGE uma iniciativa louvável. Aproveitou para solicitar sugestões para inclusão de outros órgãos, tendo em vista que será necessário editar um novo decreto para constituição da CONCLA. O importante é que os órgãos, na figura de seus representantes, estejam conscientizados do papel da Comissão. Neste sentido, mencionou-se que a existência de uma *homepage* para a CONCLA ajudaria o trabalho de conscientização dentro dos órgãos e seria interessante como um espaço de comunicação, para que os usuários em geral possam dar sugestões.

O representante do Ministério da Fazenda levantou a questão da pertinência de inclusão do Ministério da Justiça na CONCLA com o objetivo de facilitar os processos que envolvam regulamentação e legislação, o que foi descartado, tendo em vista que a Comissão não tem mandato para obrigar os órgãos a usarem as classificações. A CONCLA oficializa as classificações através da publicação no DOU, mas a decisão de usá-las é da competência exclusiva de cada órgão. O fato de muitos órgãos terem adotado a CNAE foi resultado da conscientização sobre a necessidade de padronização.

Segundo o representante do Ministério da Fazenda, padronização é um assunto importante, que interessa não só ao Governo como à sociedade em geral. Já se pensou numa proposta de incluir entidades de classes, estados, municípios, etc., no entanto, cai-se no risco de assembleísmo, o que acabaria por inviabilizar a operacionalidade do processo.

Na dúvida sobre se a CONCLA deveria conter representantes de todos os ministérios, prevaleceu o critério de inclusão dos órgãos que têm relação com sistemas de informação. O problema que se tem é a ausência de ministérios nas reuniões, de forma intermitente. Os presentes com assiduidade são os que trabalham diretamente com classificações de atividade, produto ou ocupação.

Decidiu-se que a Secretaria Executiva da CONCLA deveria enviar correspondência a todos os ministérios que não fazem parte da CONCLA, perguntando se têm interesse em participar da Comissão ou ter conhecimento do andamento dos trabalhos. Caso se amplie muito a representação, a CONCLA poderá estabelecer uma Comissão Executiva para se reunir mais amiúde e tomar as decisões mais importantes.

Além disso, deve-se consultar também cada ministério membro para definir qual área deve participar.

A representante do Ministério do Trabalho afirma ter interesse na participação de duas secretarias do MOG - SEAP e SRH - nos trabalhos da subcomissão de ocupações.

O representante do Ministério da Fazenda argumenta que existe a necessidade real de um órgão estatal que regulamente a padronização no governo, de maneira geral. Se tivermos esta pretensão, a CONCLA seria semente para se chegar a isso. Ao reformular o decreto, se deveria tratar da abrangência do trabalho da CONCLA, como uma atividade em construção permanente, com o objetivo de melhorar os sistemas de informação do país

A representante do Ministério do Trabalho lembra que em 1990/91 se ratificou a convenção da OIT sobre estatísticas, que obriga o Brasil a seguir as recomendações da OIT e define o IBGE como órgão oficial de estatística. Indaga se isso já não é suficiente para obrigar todos os órgãos a seguirem a classificação do IBGE.

Neste aspecto, a opinião da secretaria executiva é de que é melhor continuar com o trabalho, que garante a legitimidade do processo, do que ter que usar de autoridade e medidas formais.

Ficou como sugestão recolher experiências internacionais com relação à adoção de classificações e trabalhos de padronização.

## **SUBCOMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE OCUPAÇÕES**

A representante do Ministério do Trabalho fez um breve relato sobre o andamento dos trabalhos da subcomissão de classificação de ocupações:

No final do ano de 1998, foi concluída a estrutura das famílias. O IBGE estará adotando no Censo Experimental a nova estrutura ocupacional em fase de teste. Foram realizadas diversas reuniões com órgãos públicos e privados, para elaboração em conjunto das descrições das famílias ocupacionais da nova CBO. Dentre os órgãos participantes, destacam-se o CIET/SENAI, ECT, Febraban, Ministério da Previdência e Assistência Social e Ministério da Agricultura e do Abastecimento, estando programados para o próximo ano SENAC, SESI e SENAT, entre outros.

A coordenadora da subcomissão participou de teleconferência com a OIT, em conjunto com o SENAI, para expor os resultados do projeto-piloto de descrição, realizado com a metodologia do Canadá.

O Ministério do Trabalho está à procura de novos parceiros para a descrição das demais famílias, trabalho a ser realizado no ano 2000.

Está em fase de elaboração um glossário e dicionário de sinônimos de famílias ocupacionais, visando a adequar os nomes das tarefas de acordo com as regiões.

Ressalte-se que a CBO está vinculada à Classificação Internacional de Ocupações - CIUO-88, e é a primeira vez que o IBGE trabalha junto com o Ministério do Trabalho na elaboração da classificação. O Censo 2000 estará adotando a nova estrutura proposta, sendo aguardado o pré-teste para sua validação e publicação.

### **SUBCOMISSÃO DA CNAE-FISCAL**

A representante da SRF e coordenadora da subcomissão da CNAE-Fiscal distribuiu o relatório da 2ª. reunião ordinária da subcomissão da CNAE-Fiscal aos presentes, fazendo um breve relato do andamento dos trabalhos.

Informou que desde 1970 existia a intenção de se adotar, nas secretarias de fazenda, uma tabela padronizada de atividades econômicas, e atualmente existe uma recomendação formal no ajuste do SINIEF para adoção da CNAE-Fiscal como classificação que atende às prerrogativas definidas em 1970. Prevê-se que até dezembro de 2001 todos os estados tenham adotado a CNAE-Fiscal. Ressaltou-se a importância do trabalho do IBGE como estímulo fundamental na tarefa de padronização.

Os trabalhos da CNAE-Fiscal estão estruturados em três etapas, quais sejam: definição da tabela de códigos; elaboração de dicionários, tradução e instrumentos; definição de procedimentos, conceitos e convenções dos cadastros.

Neste último tema, recomendou-se a participação de outros órgãos da administração que tenham cadastros, como MPAS, TEM, MDIC, para integrarem o grupo de conceitos e convenções. Já se conseguiu avançar na tabela única, mas não se pode garantir que a atribuição do código seja homogênea. É necessário haver um processo de padronização centralizado.

Para dar um primeiro passo neste sentido, a coordenadora da subcomissão informa que pensa em transferir para os órgãos responsáveis pelas atividades regulamentadas (instituições financeiras, seguros, etc) a tarefa de atribuição da classificação. A idéia é reativar contato com a SUSEP, o BACEN, etc., para em convênio haver troca dos códigos de CNAE atribuídos por esses órgãos reguladores. Por outro lado, outros órgãos conveniados alertariam quanto a eventuais inadequações detectadas.

O representante do MDIC informou que o sistema de cadastramento do DNRC encontra-se em transição, implantando-se gradualmente nos estados. No novo sistema, a atividade econômica está sendo convertida da antiga TAE para a CNAE. Espera-se que até o final do ano o novo sistema esteja totalmente

implantado e integrado. Afirma que existe interesse e intenção em usar a CNAE-Fiscal, pois considera a CNAE muito agregada em termos do que é demandado.

A necessidade de padronização de conceitos ficou evidente ao se constatar que, para o IBGE e a Receita Federal, o conceito de atividade principal é o de MAIOR RECEITA, enquanto que para o Ministério do Trabalho, na RAIS, é o da que EMPREGA MAIS.

#### **HOMEPAGE DA CONCLA**

A Secretaria Executiva informou que está sendo montada uma *homepage* da CONCLA a ser acessada através da *homepage* do IBGE, tendo distribuído aos participantes uma proposta do conteúdo do *site* para avaliação.